

PARA UM RENASCIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA (a propósito de Katouzian)

Carlos Pimenta

«Se a ciência e o conhecimento oficiais e institucionais seguirem o mesmo caminho que a religião institucional e oficial seguiram no passado, terá que haver outro renascimento — outra grande revolução intelectual — para libertar a humidade de uma ciência degenerada e dos seus patriarcas» [167]*

1. CRISE DA CIÊNCIA ECONÓMICA

1.1. Para todos os economistas, ou simples acompanhantes das virtualidades das ciências sociais, que procuram assumir uma visão global sobre o objecto científico e uma postura epistemológica idónea, tornou-se um lugar comum afirmar que a Economia Política (isto é, para já, Ciência Económica, isto é, Economia) está em crise.

Katouzian chama a atenção para dois vectores desta fase de crise científica:

a) O reconhecimento da crise actual não pode pressupor que antes da actual década a Economia Política era capaz de resolver os desafios sociais. A História do Pensamento Económico — quadro sistemático de referência em toda a investigação económica — revela que desde há muito ela não funcionava e que a sua inoperacionalidade foi reforçada, consolidada, pela hegemonia institucional, após os anos 50, do positivismo lógico — Economia Positiva —, do pragmatismo e da Economia Matemática.

b) A saída da crise assume-se como difícil devido às directrizes do «colégio invisível» — para utilizar a terminologia de Kuhn — e à actual situação das instituições universitárias.

1.2. Uma leitura rápida da história do pensamento económico remete o início das formulações articuladas para os mercantilistas e figuras como Wilian Petty,

* Os números assim representados, e distribuídos ao longo do texto, referem-se às páginas do livro de Homa Katouzian, que serve de base deste trabalho, *Ideologia y Método en Economía*, ed. espan., H. Blume Ediciones, Madrid, 1982.

John Locke, Charles d'Avenant, David Hume, Cantillon, enquanto o «pano de fundo» era fornecido por vultos como Galileu, Descartes, Francis Bacon, e a prática dos cientistas. Refira-se a propósito deste último aspecto que as ciências físicas influenciaram a Economia, mas nem sempre adequadamente. Assim, por exemplo, se elas descobriram a ordem na Natureza não revelaram necessariamente a harmonia nessa ordem, mas os cientistas sociais tenderam a misturar os dois conceitos (seguindo uma influência de Santo Agostinho, Al-Farabi, Tomas Morus, entre outros).

Os fisiocratas franceses assumem, seguidamente, um lugar de destaque.

Com Adam Smith a Economia Política passou de um conjunto de enunciados a um sistema, e com a sua obra revela-se um modelo dominante, apesar das debilidades da sua lógica ao tentar conciliar a teoria com os factos. Posteriormente, Ricardo tentou resolver aquilo em que o seu antecessor falhou: interdependência entre produção e distribuição. Elaborou uma teoria da distribuição.

Os seus avanços teóricos, a extensão do método dedutivo — «foi o fundador da “teoria económica pura” como um exercício de lógica pura quase autónomo» [42] — e a aparente concordância da realidade com as suas formulações alicerçaram o seu sucesso e, ao mesmo tempo, transformaram-no num «dogma».

Os reaccionários românticos austro-germânicos e os socialistas franco-britânicos criticam o método ricardino e chamam a atenção para o concreto, mas foram vozes isoladas, embora os últimos tenham influenciado Karl Marx.

Este desempenhou um papel considerável. Resolveu muitos dos problemas da articulação produção-distribuição e completou a teoria do valor-trabalho. Marx situa-se na continuidade de Ricardo e foi o último grande economista que conjugou conhecimentos económicos, políticos e sociais para a abordagem das questões. Aplicou o método dedutivo, mas dedicou grande importância aos factos da realidade contemporânea e histórica. Apesar destes avanços não assume importância na «árvore genealógica ortodoxa» do pensamento económico.

Jevons, Menger e Walras reuniram uma série de contribuições anteriores — o método ricardino da especulação puramente lógica, combinando-o com a filosofia social de Adam Smith, e a psicologia de Bentham — e deram lugar à «revolução marginalista»: «A fórmula mágica do valor marginal parecia ter resolvido todas as principais questões económicas» [31]. Uns enveredaram pelo «equilíbrio geral» e outros pelo «equilíbrio parcial». Até à segunda guerra mundial foi dominante a Escola de Cambridge e a partir daí a tradição walrasiana. Com esta dicotomia, e a hegemonia destes modelos, a Economia dividia-se, artificialmente, em micro e macro.

Keynes é uma ruptura, mas reflecte mais uma mudança na realidade do capitalismo que um importante conjunto de descobertas. O seu aspecto positivo foi propor medidas adequadas para o combate a um certo tipo de desemprego e destruir a concepção de automático reajustamento da sociedade. Conciliou a teoria com a prática.

No pós-guerra regressa-se ao interesse clássico pela dinâmica económica, e emergiu a problemática do subdesenvolvimento e desenvolvimento. Houve um reforço da abstracção (para o que também contribuiu Sraffa). Algumas controvérsias (como a de Cambridge, em torno da circularidade da função de produção) centraram as atenções.

Nos anos 50, a tradição marginalista e as suas posições apriorísticas (Ludwing von Mises e Robbins) vão dar lugar à Economia Positiva, baseada no positivismo lógico.

1.3. Deste rápido sobrevoo poderemos constatar que desde Ricardo (Marx numa outra interpretação) a Economia encontra-se parcialmente desligada de uma leitura da realidade e sua transformação, e que este divórcio foi reforçado pela Economia Positiva.

Poder-se-ia argumentar que a teoria keynesiana esteve na base de um conjunto de intervenções políticas que, de alguma forma, negam o afirmado. Contudo, há uma leitura alternativa possível: nada do que apresenta é novo. Recorde-se a industrialização alemã e japonesa, recorde-se o facto de em 1929 Lloyd George e Mosley terem defendido uma intervenção similar, recorde-se o «new deal» americano. Tudo tinha funcionado sem os conceitos keynesianos e a guerra e a reconstrução teriam imposto, inevitavelmente, aquele tipo de política. Além disso, da «lição keynesiana», o que os políticos aprenderam foi o recurso sistemático ao gasto público, enquanto os académicos rapidamente se embrenharam nos enigmas inúteis.

2. MALEFÍCIOS DA ECONOMIA POSITIVA

2.1. Falar em Economia Positiva é referir-mo-nos à aplicação do positivismo lógico à Ciência Económica.

Os princípios daquela corrente filosófica são simples:

a) unicidade e universalidade do método das ciências naturais; consequentemente as ciências sociais, para o serem, terão que aplicar o mesmo método;

b) a análise teórica tem de ser baseada na observação empírica. Restringe a investigação racional a uma descrição dos fenómenos observáveis: a investigação começa com observações parciais; estas dão lugar a hipóteses primárias; partindo destas, e através da análise lógica, formulam-se teorias gerais (neste aspecto o positivismo lógico distingue-se do positivismo); estas teorias são confrontadas apropriadamente com a observação; e serão aceites se houver uma verificação;

c) Oposição ao irracionalismo e repúdio da metafísica, o que engloba, entre outros aspectos, que tudo o que não for verificável são «ruídos sem valor». Os juízos de valor, considerados não verificáveis, deverão ser eliminados.

Unicidade de método, primado histórico e lógico da observação empírica no processo de investigação e exclusão do não verificável (e dos juízos de valor) são «regras» que não escapam à crítica e a um conjunto de perguntas pertinentes:

- nas ciências naturais não existe um único método, logo nenhum pode ser assumido como único critério de cientificidade;
- não existem observações directas passivas;
- se tivermos em conta que os meios de investigação geram os seus próprios fins, o percurso da observação conduz à confirmação dos fins que se pretendiam;
- se um enunciado é inerentemente confrontável com a observação mas não existem meios para o conseguir, que fazer?;
- quantas provas são necessárias para uma teoria ser aceite?;
- o critério de verificabilidade é uma descrição positiva da ciência ou uma indicação normativa? Parece ter de ser a última opção. Então a verificabilidade e verificação são eles próprios juízos de valor. Desta forma «o positivismo lógico cortou as suas raízes críticas e radicais e converteu-se numa ideologia» [75].

Acrescente-se, de passagem, que, de acordo com esta caracterização, Popper não é um positivista lógico. Ele e este identificam-se pela unicidade do método científico e pelo repúdio da metafísica e dos juízos de valor mas diferenciam-se em diversos aspectos: Popper considera que é impossível chegar a uma hipótese a partir da observação directa porque todas as observações estão impregnadas de teoria; verificabilidade e falsabilidade são métodos distintos; a demonstração da falsidade pode ser feita por meios empíricos ou pela crítica racional; os enunciados não-falsáveis devem ser afastados da ciência, mas tal não nega a sua eventual importância.

2.2. O percurso da Ciência Económica, conducente à adopção destes princípios filosóficos, nem sempre foi linear e de fácil explicação teórica.

Como se sabe, após Ricardo surgiram divisões entre economistas que, partindo dos mesmos postulados fundamentais, divergiam pelas suas diferentes visões filosóficas. Depois de Marx, ou em confronto com ele, certas questões, de alguma forma relacionadas com juízos de valor, deixam de ser colocadas e respondidas (por exemplo, «prosperidade para quem?»). Passa-se a falar do «economista enquanto tal» para, assim, isolar e privilegiar a «técnica».

A fé na razão e na ciência generaliza-se com nomes como Condorcet, Laplace, Saint Simont e Comte. A este último se deve, entre outros aspectos, a fundamentação filosófica para o afastamento de juízos morais, metafísicos ou artísticos e a identificação do método de todas as ciências com a generalização a partir dos dados

factuais: as ciências sociais deveriam construir leis científicas por meio de generalizações a partir dos dados históricos.

A Escola Histórica Alemã é a herdeira directa deste último posicionamento: utilizar a história para a observação directa, ponto de partida para os estudos sócio-económicos.

As posições seguintes não se situam nesta tradição positivista, colocando-se mesmo, em alguns aspectos, contra ela. Assim, se a Escola Histórica Alemã mostrou a indivisibilidade dos problemas sócio-económicos e atacou o método puramente lógico e dedutivo, os neoclássicos, novo modelo hegemónico, insistiram na análise dedutiva e *a priori*. A questão dos juízos de valor dividiu-os. Uns, incluindo Ludwig von Mises, defendiam a teoria económica completamente livre de valores e exaltavam fortemente o apriorismo: «Se aparece uma contradição entre uma teoria e a experiência *podemos sempre supor* que não estiveram presentes alguns dos pressupostos da teoria ou que houve algum erro nas nossas observações. O desacordo entre a teoria e os factos da experiência frequentemente nos obriga a reconsiderar por completo os problemas da teoria. *No entanto, desde que essa reanálise não encontre erros nos nossos raciocínios nada nos permite duvidar da sua verdade*» [60 — citando Mises]. Por outro lado, Knight e Hayek rechaçam a neutralidade da teoria económica.

São as primeiras posições que então acabam por se impor, com o contributo de Robbins. Este divide os pressupostos da teoria neoclássica em «fundamentais» e «auxiliares» e atribui aos primeiros uma auto-evidência, logo validade universal. A sua definição de Economia — uma relação entre fins e meios escassos, susceptíveis de usos alternativos (surgida em 1933 quando um terço dos recursos produtivos das economias capitalistas estavam ociosos) — impôs-se e caracteriza uma atitude científica.

Entretanto criam-se condições para a generalização do método empirista — espalha-se a recolha de informação estatística e Bowley, Beveridge e Colin Clark fazem estudos com base naquelas; surgem frequentes críticas ao apriorismo das teorias económicas; revelam-se os êxitos da planificação; o positivismo lógico (Russel, Carnap) difunde-se; os conceitos keynesianos, quantificáveis, chamam a atenção para o registo da actividade económica.

Estes aspectos são significativos mas não são suficientes para interpretar a modificação de metodologia da Ciência Económica. Como justificar a passagem do apriorismo de Mises e Robbins à aplicação do positivismo lógico? «Uma solução satisfatória para este problema é mais facilmente fornecida pela sociologia (e pela psicologia) que pela lógica. Assim como se aceitou a explicação *«apriorística»*, porque contribuía para *justificar* como se fazem as coisas, também se aceitou, numa fase seguinte, a economia positiva, porque nesse momento também justificava *«como fazemos as coisas em economia»*. Embora as suas respectivas lógicas estejam em conflito, ambas serviam para conseguir o mesmo objectivo sócio-psi-

cológico «útil» de tranquilizar-nos, dizendo que estava bem o que fazíamos. Assim sendo, o conflito lógico (na medida em que tivéssemos consciência da sua existência) não nos deveria preocupar nada, pois ambos os conjuntos de critérios não serviam para nos atacar mas para defender-nos; não serviam para nos criticar mas para consolar-nos; não serviam para refutar as nossas teorias e métodos mas para confirmá-las» [68/69]. Acrescente-se que isto se passa num período de expansão do capitalismo sem significativas perturbações.

Esta leitura de Katouzian revela-se como um aprofundamento da tese marxista: toda a Economia Política tem uma natureza de classe («consciência possível») e o desenvolvimento do pensamento económico capitalista termina quando se começam a revelar as contradições do sistema. A Economia Positiva é o fim do percurso de uma fuga aos problemas centrais do sistema económico.

2.3. Na metodologia da Economia Positiva há que destacar duas grandes regras, deduzíveis da posição filosófica:

- a) demarcação entre enunciados de facto e enunciados de valor;
- b) as teorias devem ser confrontadas com a evidência empírica, assumindo-se tal de duas formas possíveis: uns acentuam a verificabilidade e a verificação, outros a falsabilidade e a falsificação.

Registe-se, contudo, que a prática da Economia Positiva rompe frequentemente com estas regras, pois baseia-se em afirmações inverificáveis ou inerentemente inverificáveis (por exemplo, a lei dos rendimentos decrescentes não enumera as condições que conduzem à sua verificação; a teoria utilitarista, mesmo ordinal, remete em última instância para a medição das utilidades; na teoria walrasiana os preços dependem dos valores e estes exigem os preços).

Perante a não verificação da teoria recorrem a subterfúgios, afirmando que houve hipóteses teóricas não concretizadas no momento da observação, impureza dos dados e/ou deficiência das técnicas. As «evidências» do senso comum assumem, quando lhes convem, foro científico.

Frequentemente existem desmentidos de afirmações ou teorias da Economia Positiva e aquelas continuam a ser apresentadas. O instrumentalismo, explicitado por John Dewey, embora ponha em causa a construção científica — uma teoria é válida na medida em que seja útil tecnologicamente — é, frequentemente, a postura da Economia Positiva em reacção aos desmentidos. Milton Friedman defende explicitamente este pragmatismo.

2.4. A generalização da Economia Matemática tem uma história específica mas convergente com a da Economia Positiva.

Se é verdade que as teorias científicas são caracteristicamente abstractas e gerais, mas tal não lhes atribui validade universal (é geral apenas porque explica todos os

fenómenos relevantes produzidos em certas condições, especificadas ou não), também o é a tendência para a sua identificação com a «imortalidade» do sistema. A utilização da matemática reforça a ilusão da universalidade.

Sejamos claros. O que está em jogo não é a utilização da matemática. Tal é legítimo, pode ser importante. O que está em causa é o instrumento sobrepor-se ao conteúdo, a validação científica passar exclusivamente pela linguagem utilizada: os economistas dividiram-se em economistas matemáticos, economistas não matemáticos, economistas aplicados que podem utilizar técnicas matemáticas e outros economistas teóricos. Os primeiros assumiram a hegemonia.

Diversas críticas, de cariz muito diversificado, podem ser feitas à Economia Matemática:

a) é errado considerar as formulações matemáticas como intrinsecamente superiores e, além disso, que as formas e técnicas cheguem a determinar a essência e o conteúdo;

b) cria, como dissemos, a falsa ideia da validade universal das teorias;

c) favorece a exclusão de problemas e variáveis; concentra a investigação em problemas secundários e leva ao afastamento de teorias correctas: «a teoria marxiana do valor ressentiu-se do facto de ser mais realista mas menos matemática» [214];

d) muitos modelos não são confrontáveis com a realidade;

e) tem gerado servilismo nas instituições universitárias.

3. DECADÊNCIA DA PROFISSÃO ACADÉMICA

Compreender a situação actual da Ciência Económica de forma a obter-se um diagnóstico profundo passa por tomar em consideração os contributos da sociologia do conhecimento.

Kuhn dá alguns passos nesse sentido — chamando a atenção para essa dimensão do problema e para conceitos como o de «colégio invisível» —, mas a sua teoria é insuficiente e, em vários aspectos, incorrecta: o conceito de paradigma é impreciso; existem circularidades; a validade da teoria não está localizada historicamente; a sua teoria tanto é descritiva como normativa; a divisão entre ciências «maduras» e não «maduras» desconhece a especificidade das ciências sociais. Tem dado lugar a procedimentos incorrectos: ao considerar que a ciência normal é correcta quando tem êxito alguns economistas consideram que a sua teoria passaria a madura se impusessem coercivamente um único modelo. Além do mais a história da Ciência Económica mostra existirem dificuldades de aplicação da teoria kuhniana a esta

ciência: «houve muitas “partes de paradigma” que surgiram e desapareceram (na realidade, silenciosamente esquecidas) sem sérias “anomalias”, “crises”, “revoluções”, etc.» [134]; «mesmo supondo que a “síntese neoclássica” é o único paradigma da teoria económica, existem muitas “partes de paradigma” *competidoras* dentro da sua estrutura geral» [134].

A sociologia do conhecimento revela que a ciência é um processo lógico mas também social. Como tal está condicionada pela ideologia, isto é, pela posição de classe e pelo nível de desenvolvimento económico. Mas revela também que «Os cientistas (...) estão submetidos a pressões mais imediatas e empíricas que influem na direcção dos seus pensamentos e acções» [147]. Este último aspecto alerta para a importância da sociologia da profissão académica.

É no quadro desta última preocupação que o autor tenta esboçar as linhas gerais de uma sociologia da profissão académica, embora reconhecendo que se trata apenas de um esboço e que existem diferenças conforme os países e as ciências a que os académicos se dedicam.

Os seus vectores principais, na actual fase histórica, são os seguintes:

a) Há um profissionalismo em todas as actividades científicas e intelectuais, expressão da industrialização (a divisão social do trabalho estendeu-se dos trabalhadores manuais aos intelectuais, mas na divisão do trabalho destes não há um elemento aglutinador, um processo de troca), do incremento da tecnologia e do nascimento do «estado democrático e secular» (a massificação da profissão, o anonimato e as regras de funcionamento democrático conduzem a novas formas, mais subtis, de controlo da ciência).

b) Quanto maior for a importância tecnológica ou a utilidade social de uma disciplina maior é a sua profissionalização como carreira universitária. As universidades e instituições similares concentram os conhecimentos.

c) O cientista é convertido num académico, trabalhador intelectual em plena dedicação.

d) O académico profissional é uma carreira que, frequentemente, não é escolhida por vocação mas surge por acidente ou inevitabilidade de percurso. Nesta situação encontra-se a maioria dos académicos.

e) A melhoria de remuneração e o reconhecimento social são os objectivos do académico profissional.

f) Um académico profissional só sabe da sua disciplina, ou parte dela, o que «o dificulta poder realizar uma contribuição intelectual ampla à vida da sociedade» [152].

g) Os académicos pertencem, simultaneamente, a grupos mais reduzidos de praticantes da sua ciência, de estatuto muito variável. É o que se pode designar por a «profissão disciplinar» (similar ao conceito de «comunidade científica» de Kuhn). É a profissão disciplinar que condiciona os êxitos do académico profissional.

h) A profissão disciplinar controla os meios de informação e a propagação das ideias disciplinares. Não há tolerância para com as ideias que põem em perigo as opiniões estabelecidas, ao mesmo tempo que preferem a elaboração de artigos curtos e altamente especializados (tem que ver com o conceito de «colégio invisível» de Kuhn).

i) A situação descrita tem como consequências a concentração do esforço intelectual nos problemas menores e o menosprezo pelos problemas de fundo, um excesso de literatura irrelevante, «afogando» o que de bom pode aparecer; o aniquilamento da originalidade na investigação intelectual. O académico não-profissional é marginalizado.

O resultado de tudo isto é o atraso do progresso científico e intelectual.

4. PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA DIFERENTE

4.1. A panorâmica expressa anteriormente, seguindo muito de perto Katouzian, revela uma paisagem sombria para os que reconhecem a existência da actual crise científica e procuram aglutinar forças para a sua superação.

Para tal é necessário aceitar que a Ciência Económica é uma ciência normativa e que o cientista não pode alhear-se das problemáticas filosóficas concernentes à sua profissão. É também importante estar-se consciente da importância dos académicos «não-profissionais» conjugarem esforços na base de uma plataforma mínima.

4.2. É concepção do positivismo lógico (e da Economia Positiva) que o cientista, enquanto tal, deve dedicar-se ao que há e não ao que deve haver. Tal posição é falsa por duas razões complementares:

a) o cientista é inseparável do homem. Para demonstrar esta afirmação, que noutras épocas históricas seria assumida com tal naturalidade que não exigiria uma justificação, reproduzimos apenas a seguinte posição hipotética: «Aconselhar a Hitler, enquanto técnico, sobre o modo como se pode obter matérias-primas a partir de cadáveres humanos e lamentar, “como profano”, a colocação em prática de uma tal política ou é a pior espécie possível de auto-engano ou (o que é muito provável) o tipo mais monstruoso de apologia hipócrita» [171].

b) não é possível um invidíduo, trabalhador intelectual de qualquer ciência, desenvolver teorias, fazer relatórios sobre observações, inteiramente isentas de valor. As ideias científicas comportam sempre um certo grau de subjectividade em resultado das ideias «a priori» e a linguagem utilizada exprime, inevitavelmente, um conjunto de valores. Imparcialidade, atitude consciente, não significa neutralidade.

Esta é, em si mesma, uma posição moral, de valores, como qualquer outra e, quando assumida, parcial.

O que é essencial ter presente é que a subjectividade não impede a cientificidade: o conhecimento objectivo é possível quando as teorias estão intrinsecamente abertas à crítica (as diversas subjectividades confrontam-se e explicita-se o que é objectivo) e, simultaneamente, à verificação. A cientificidade é uma questão de método e perspectiva e não da sua natureza descritiva ou normativa.

Há que distinguir dois tipos de juízos de valor: juízos morais ou enunciados éticos — opinião pessoal, inconfrontáveis com a realidade — e juízos políticos ou enunciados prescritíveis — estão abertos à possibilidade de serem refutados. Tome-mos alguns exemplos deste último tipo de juízos: «se é socialmente desejável incrementar a mobilidade geográfica de bens e recursos económicos então é necessário construir uma rede eficiente de transportes e comunicações» [176]; «porque os conflitos raciais provocam lutas civis e reduzem a eficiência económica deve-se proibir as práticas de discriminação por razões de raça ou cor». A utilização deste último tipo de juízos de valor é coerente com a construção científica.

Algumas ciências são predominantemente prescritíveis, como é o caso da Medicina e da Economia: «não só os enunciados de política económica mas quase todos os enunciados fundamentais da ciência económica são, de um ou outro modo, prescritíveis: quer dizer, a Economia não é caracteristicamente uma ciência “positiva” — isto é, descritiva — mas “normativa” — isto é, prescritível.» [178]. Os exemplos abundam:

- quando Adam Smith falou das virtudes da divisão social do trabalho pressunha como finalidade pública desejável um aumento da produção e do bem-estar;
- quando se defende a mais eficiente aplicação dos recursos escassos pressupõe-se que o bem-estar geral é um objectivo social desejável;
- a definição de Economia apresentada por Robbins defende o não desperdício de recursos e a maximização da utilidade como objectivos aceites;
- o desenvolvimento económico é um objectivo normativo.

4.3. Todo o percurso seguido até agora revela, pela prática, se assim podemos falar, a importância da filosofia para o cientista e a conveniência de este ultrapassar a filosofia espontânea.

Sem a filosofia a ciência perde a sua direcção social: «a filosofia da ciência social discute a lógica e métodos da investigação social e económica com o pano de fundo da sua história» [16]. Pode investigar os procedimentos e comportamentos científicos e, em colaboração com a sociologia da ciência, as suas componentes institucionais.

A visão filosófica da construção científica revela a indissociabilidade entre meios e fins na construção científica, a inseparabilidade dos problemas sociais e

económicos e mostra, de forma inequívoca, a importância do diálogo e da tolerância intelectual.

4.4. É dentro desta linha de diálogo e tolerância, mas de firmeza no combate às erróneas tendências dominantes na construção da Ciência Económica, que Katouzian defende a construção de uma *Economia Política* (designação que não tem historicamente quaisquer implicações ideológicas, mas hoje comporta um certo sentido metodológico) que

a) dê prioridade à compreensão e solução dos importantes e reais problemas económicos;

b) reconheça a importância de outros factos, categorias e teorias sociais na análise dos problemas económico-sociais;

c) use qualquer conjunto de técnicas desde que estejam sempre dependentes do objecto de estudo;

d) tenha como pano de fundo um conhecimento da história das ideias e dos acontecimentos.

5. PARA ALÉM DE KATOUZIAN

5.1. O livro *Ideologia e Método em Economia* de Katouzian é uma obra incómoda porque inconformista; destruidora de ideias feitas, desinserida das temáticas económicas correntes, inintegrável em qualquer corrente (obviamente não-positivista).

Após a sua leitura, deixa-se de ser o mesmo. Muda-se de posição em relação aos problemas científicos e filosóficos, assume-se uma maior tolerância, fica-se cheio de interrogações, extravasando de dúvidas.

Por tudo isto consideramos um livro indispensável, apesar dos erros pedagógicos que apresenta (à interligação dos aspectos abordados não corresponde uma decomposição adequada e os assuntos não são desenvolvidos com método; prende-se, frequentemente, a questões secundárias; revela receio em abordar adequadamente Marx apesar da importância que lhe atribui) e das discordâncias que posamos assumir em relação a vários aspectos. Por isso nos cingimos ao seu conteúdo ao longo do texto anterior.

5.2. A conclusão que agora pretendemos retirar, inferência dos parâmetros anteriormente lançados, é que a superação da actual crise científica, o «novo renascimento», exige um combate multifacetado contra a Economia Positiva, e apêndices: científico, universitário-institucional, político.

Em todos estes campos de acção a conjugação de esforços, a tolerância, são aspectos fundamentais.

Limitando-nos à componente científica, e procurando revelar caminhos de labor conjunto de economistas de múltiplas formações, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de qualquer leitura teórica da realidade económico-social exigir a especificação das *determinantes fundamentais* da *dinâmica social* e do comportamento *individual* dos intervenientes.

Os conhecimentos que nos são transmitidos pela História da Economia Política — sempre susceptíveis de reelaboração quando se assume uma atitude prospectiva — é a de que as determinantes fundamentais radicam-se na *teoria do valor*, exigindo uma articulação lógica entre conceitos abstractos e concretos.

Sem assumir a posição leibniziana de que as teorias do valor-trabalho e do valor-utilidade são simples pontos de vista diferentes do mesmo objecto — os seus objectos teóricos são diferentes mas a sua explicitação exige uma hierarquização conceptual — é inegável ambas possuírem, com intensidades muito desiguais, elementos teóricos válidos. Por isso defendemos a reelaboração da teoria do valor-trabalho, *de forma a englobar num todo coerente e realista as determinantes objectivas e subjectivas, as leis histórico-sociais e o livre-arbítrio individual*.

Simultaneamente, estaremos a caminhar para a superação da dicotomia entre macro e microeconomia.

5.3. Existem capacidade de diálogo, força institucional, discernimento filosófico e científico para tal empreendimento?

A resposta cabe a todos nós.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia apresentada pretende apenas chamar a atenção para quatro leituras diferentes destas problemáticas:

- KATOZIAN, Homa — *Ideologia y Método en Economía*. Tradutor: José Luis Zofio FERRER, 1. ed. esp., 1982, Madrid, H. Blume Ediciones, pp. 272. (Este artigo é, na sua maior parte, uma nota de leitura deste livro).
- BIANCHI, Ana Maria — *A Pré-história da Economia: de Maquiavel a Adam Smith*, 1. ed., 1988, São Paulo, Editora Hucitec, pp. 167.
- DEMO, Pedro — *Metodologia Científica em Ciências Sociais*, 1. ed., 1981, São Paulo, Atlas, pp. 255.
- CASTRO, Armando — *Teoria do Conhecimento Científico*, 1. ed., publicados 5 volumes, último 1987, Porto, Afrontamento (até ao quarto volume: Porto, Limiar).

AUTORES CITADOS

ADAM SMITH (economista, escocês, 1723-1790).
AL-FARABI (filósofo, árabe, 872-950).
BENTHAM (filósofo, inglês, 1748-1832).
BEVERIDGE (economista e sociólogo, inglês, 1879-1963).
BOWLEY (economista, inglês, 1869-1957).
CANTILLON (economista, inglês, 1697-1734).
CARNAP (filósofo e matemático, origem alemã, 1891-1970).
CHARLES D'AVENANT (economista, inglês, 1656-1714).
COLIN CLARK (economista, inglês, 1905-).
COMTE (filósofo, francês, 1798-1857).
CONDORCET (matemático e filósofo, francês, 1743-1794).
DAVID HUME (filósofo, escocês, 1711-1776).
DESCARTES (filósofo, francês, 1596-1650).
FRANCIS BACON (filósofo, inglês, 1561-1626).
GALILEU (físico, italiano, 1564-1642).
HAYEK (economista, austríaco, 1899-).
JEVONS (economista, inglês, 1835-1882).
JOHN DEWEY (filósofo e psicólogo, norte-americano, 1859-1952).
JOHN LOCKE (filósofo, inglês, 1632-1704).
KARL MARX (economista, alemão, 1818-1883).
KEYNES (economista, britânico, 1883-1946).
KNIGHT (economista, norte-americano, 1885-1962).
LAPLACE (astrônomo, francês, 1749-1817).
LLOYD GEORGE (político, britânico, 1863-1945).
LUDWING VON MISES (economista, austríaco, 1840-1921).
MENER (economista, austríaco, 1840-1921).
MILTON FRIEDMAN (economista, norte-americano, 1912-).
MOSLEY (político, inglês, 1896-).
POPPER (filósofo, austríaco, 1920-).
RICARDO (economista, inglês, 1772-1823).
ROBBINS (economista, inglês, 1898-1984).
RUSSEL (matemático e filósofo, britânico, 1872-1970).
SAINT SIMONT (economista, francês, 1760-1825).
SANTO AGOSTINHO (padre, italiano, 354-430).
SRAFFA (economista, italiano, 1898-1983).
TOMAS MORUS (filósofo, inglês, 1478-1535).
WALRAS (economista, francês, 1834-1910).
WILLIAM PETTY (economista, inglês, 1623-1687).